

Pimenta vai propor fim de regalias do jeton e I. de Renda

Brasília — As bancadas do PMDB na Câmara dos Deputados e no Senado tomam a dianteira e iniciam nos próximos dias uma campanha para acabar com dois dos mais criticados privilégios parlamentares: o pagamento de jetons — diária recebida pela presença em plenário — e a incidência do Imposto de Renda apenas sobre a parte fixa dos vencimentos.

O ataque às mordomias parlamentares é uma consequência do plano de estabilização da economia. Na quinta-feira, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, reunirá os deputados para a elaboração do projeto que extinguirá a regalia no desconto do Imposto de Renda e o estudo de uma alternativa para os jetons. Até sexta-feira, o mesmo deverá ser feito pelo líder do partido no Senado, senador Alfredo Campos.

— O país está vivendo um período de absoluto realismo e não há mais espaços para diferenças de tratamentos entre setores da sociedade. Não há por que haver distorções e esta é a opinião generalizada dentro do partido — disse Pimenta da Veiga.

— Num país que enfrenta um esforço como nós enfrentamos agora, não faz sentido ter privilégios. Como senador, sempre fui contra todos os privilégios que temos e como líder vou consultar minha bancada sobre como agir contra esses privilégios — anunciou Alfredo Campos.

A reunião da bancada do PMDB na Câmara, quinta-feira de manhã, servirá também para a discussão de outros pontos, como ajustes da lei eleitoral — existe um projeto pronto, de autoria da Comissão Interpartidária e relatado pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS).

Pimenta da Veiga informou que em função das eleições deste ano a lei eleitoral terá que ser revista com urgência. Ainda ontem à noite ele se reuniu com João Gilberto, para avaliar os pontos mais polêmicos do projeto.

Os dois líderes do PMDB no Congresso voltaram a defender total apoio ao Governo para o sucesso das medidas econômicas. E consideram que, com o ataque às mordomias parlamentares, estarão dando uma contribuição e um exemplo à nação. Pimenta considera que o primeiro passo deve ser a supressão do privilégio do Imposto de Renda e crê que essas mudanças terão que ser feitas sem necessidade de emenda constitucional, "o que é muito difícil agora". A emenda do retorno das prerrogativas do Legislativo prevê o fim dos privilégios de uma forma global.